



PROCESSO: 22060/2019
DATA:

Fls Nº ____ Rubrica

EDITAL

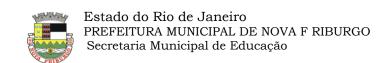
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020 I EXCLUSIVO ME, EPP E MEI

PROCESSO Nº 22060/2019

OBJETO: Registro De Preços – Aquisição de Material Escolar e Expediente, para atender as necessidades das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e todo Núcleo Central da Educação.

ÍNDICE

- 1 PREÂMBULO
- 2 DO OBJETO
- 3 DO PRAZO DE VIGÊNCIA
- 4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- 5 DOS PREÇOS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO
- 6 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 7 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 8 DO CONTROLE E DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS
- 9 DO CREDENCIAMENTO
- 10 DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS
- 11 DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
- 12 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
- 13 DA HABILITAÇÃO
- 14 DOS RECURSOSS
- 15- DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 16 DA EMISSÃO DOS PEDIDOS
- 17 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 18 DA CONTRATAÇÃO
- 19 DO RECEBIMENTO DO OBJETO
- 20 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
- 21- DA REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 22-DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
- 23- DOS ANEXOS QUE INTEGRAM O EDITAL
- 24- DAS CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL





PROCESSO: 22060/2019 DATA:

Fls Nº Rubrica

1 - PREÂMBULO

PROCESSO Nº 22060/2019

OBJETO: Registro De Preços - Aquisição de Material Escolar e Expediente, para atender as necessidades das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e todo Núcleo Central da Educação.

TIPO: Menor Preço Unitário

ÓRGÃO REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Educação

DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: 09/03/2020

HORÁRIO DE INÍCIO: 14:00 Hrs

LOCAL: Sala da CPL, situada no Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, na Avenida Alberto Braune, nº 225 - Centro, Nova Friburgo, RJ.

LEGISLAÇÃO PERTINENTE: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Normas Especiais do Decreto Municipal nº 231/06 e Decreto nº 054/2006 no que não conflitarem com a legislação federal, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais.

2 - <u>DO OBJETO</u>

- 2.1 OBJETO: Registro De Preços Aquisição de Material Escolar e Expediente, para atender as necessidades das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e todo Núcleo Central da Educação, conforme condições e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO II, parte integrante e inseparável deste edital, independente de transcrição.
- 2.2 O **Município** não se obriga a contratar os serviços do licitante vencedor, podendo até realizar licitação específica para contratação do objeto, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, respeitada a legislação relativa às licitações.
- 2.3 É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste edital, salvo autorização expressa do **Município de Nova Friburgo**.

3 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 - O prazo de vigência do registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ANEXO VII** deste edital.





PROCESSO: 22060/2019
DATA:
Fls Nº Rubrica

4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1.1 cumpram os requisitos legais para efeito de qualificação como **MICROEMPRESA**, **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** ou **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)** e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando aptas a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fatos supervenientes impeditivos da participação no presente certame;
- 4.1.2 estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente com o objeto deste Pregão, devendo ser comprovado pelo Contrato Social;
- 4.1.3- atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste edital; e
- 4.1.4 comprovem possuir os documentos necessários de habilitação previstos neste edital.

4.2 - Não poderão concorrer neste pregão as empresas:

- 4.2.1 suspensas temporariamente pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** em geral, nos termos da legislação vigente;
- 4.2.2 já incursos na pena do inciso IV, do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;
- 4.2.3 em consórcio ou grupo de empresas;
- 4.2.4 que incorrerem em quaisquer das situações previstas nos incisos I, II e III do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

5 - DOS PREÇOS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

5.1 - O preço total estimado pela Administração para a aquisição dos objetos deste Pregão é de R\$ 114.110,00 (cento e quatorze mil, cento e dez reais), conforme os valores constantes do TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II deste edital.

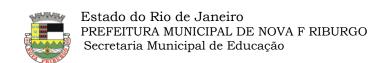
6 - DA DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA

- 6.1 A despesa decorrente desta licitação correrá à conta do orçamento do exercício de 2020, compromissada por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho:
- P.T. n.º 022002.1236100262.140 ; C.D. 339030-12; Fonte 01
- P.T. n.º 022003.1236500252.123 ; C.D. 339030-12; Fonte 01
- P.T. n.º 022004.1236500252.122 ; C.D. 339030-12; Fonte 01

7 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 7.1 O registro de preços será formalizado por intermédio da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ANEXO VII**, nas condições previstas neste edital.
- 7.2 Não será permitida a adesão da ATA REGISTRADA por órgãos não participantes.

8 - DO CONTROLE E DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS





8.1 - Durante a sua vigência, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de quebra do equilíbrio econômico-financeiro, situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

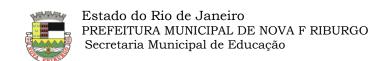
8.2 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado, a Administração convocará a empresa vencedora para, após negociação, redefinir os preços e alterar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ANEXO VII deste edital.

9 - DO CREDENCIAMENTO

9.1.2 - Constitui documento de credenciamento:

- a) **estatuto/contrato social**, quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemelhada da empresa licitante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) **procuração ou documento equivalente** da licitante com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste Pregão, <u>juntamente com **estatuto/contrato**</u> **social**, identificando/qualificando a pessoa que assina o documento.
- 9.1.1 Apresentarão, **de forma avulsa**, a declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e de não estarem impedidas de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação, na forma do **ANEXO IV**, nos termos do art. 4º, VII, da Lei n.º 10.520, de 17.07.02. **(fora de qualquer envelope)**;
- 9.1.2 Apresentarão, o ANEXO IX- RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL. (fora de qualquer envelope);
- 9.1.3 Apresentarão declaração que "autorizam notificação via- email" (ANEXO VII) (fora de qualquer envelope);
- 9.1.4 As sociedades anônimas deverão apresentar cópia da ata da assembléia geral ou da reunião do Conselho de Administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, que deverá evidenciar o devido registro na Junta Comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei n.º 6.404/76 e suas alterações.
- 9.1.5 As licitantes poderão apresentar mais de um representante ou procurador, ressalvada ao pregoeiro a faculdade de limitar esse número a um, se considerar indispensável ao bom andamento das sessões públicas.
- 9.1.6 É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de uma licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório das licitantes envolvidas.

9.1.7 - Microempresas e empresas de pequeno porte





9.1.7.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar, **fora dos envelopes**, declaração de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no § 4º do art. 3º da referida Lei (**ANEXO V**).

9.1.8 - Os documentos apresentados para o credenciamento deverão estar em plena validade e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial. A exibição do documento original ao pregoeiro dispensa a autenticação em cartório.

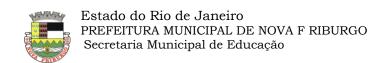
10 - DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS

- 10.1 No local, dia e hora previstos neste edital, em sessão pública, a Comissão de Pregão prestará os esclarecimentos sobre a condução do certame, e os interessados ou seus representantes:
- 10.1.2 entregarão, em envelopes opacos, distintos "A" e "B" e devidamente lacrados, nos termos abaixo, os documentos exigidos para a proposta e a habilitação, respectivamente, constando na parte externa a razão social e o endereço da proponente.

10.1.2.3-No envelope contendo a PROPOSTA DE PREÇOS:
ENVELOPE "A"
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
"PROPOSTA DE PREÇOS"
PREGÃO PRESSENCIAL n° 003/2020 I
NOME COMPLETO, CNPJ E ENDEREÇO COM TELEFONE DA LICITANTE

10.1.2.4 - No envelope contendo a documentação:
ENVELOPE "B"
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
"DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"
PREGÃO PRESSENCIAL n° 003/2020 I
NOME COMPLETO, CNPJ E ENDEREÇO COM TELEFONE DA LICITANTE

- 10.2 Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a PROPOSTA DE PREÇOS das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.
- 10.3 Todos os documentos de habilitação apresentados pelas licitantes deverão estar rubricados por seu representante legal ou preposto e numerados em sequência crescente e também deverá constar índice relacionando os documentos e suas respectivas páginas. Esta condição visa agilizar os procedimentos de conferência da documentação, cujo desatendimento não acarretará a inabilitação da licitante.





10.4 - Após a fase de credenciamento das licitantes, o pregoeiro procederá à abertura das propostas comerciais, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos, com a consequente divulgação dos preços ofertados pelas licitantes classificadas.

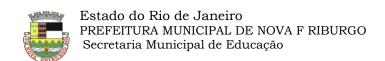
10.5 - No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

11 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 11.1 O envelope "A", com o título "PROPOSTA DE PREÇOS", deverá conter:
- 11.1.1 a PROPOSTA DE PREÇOS da licitante, no impresso padronizado fornecido pela Administração (**ANEXO I**) ou em documento elaborado pela licitante, devidamente preenchida, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e nela deverão constar:
- 11.1.1.1 identificação social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários e número de fax;
- 11.1.1.2 descrição clara e detalhada dos itens cotados, de acordo com as especificações do Termo de Referência Anexo II do edital;
- 11.1.1.3 indicação do preço unitário, por item, em moeda nacional, em algarismo e, preferencialmente, por extenso;
- 11.1.1.4 indicação do prazo de validade da PROPOSTA DE PREÇOS (90 dias), contado da data de sua entrega ao pregoeiro;
- 11.2 As propostas comerciais que atenderem aos requisitos deste edital serão verificadas pelo pregoeiro quanto a erros aritméticos, que, caso seja necessário, serão corrigidos da seguinte forma:
- 11.2.1 se for constatada discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;
- 11.2.2 se for constatada discrepância entre o produto da multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, prevalecerá o preço unitário;
- 11.2.3 se for constatado erro de adição, subtração, multiplicação ou divisão, será considerado o resultado corrigido;
- 11.2.4 caso a licitante não aceite as correções realizadas, sua proposta comercial será desclassificada.

12 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

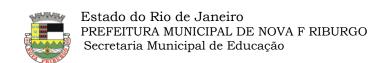
12.1 - Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, observados o prazo máximo de fornecimento, as especificações e parâmetros de qualidade definidos neste edital. É vedada a aceitação de proposta com preço superior ao fixado no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II** deste edital.





PROCESSO: 22060/2019
DATA:
Fls Nº Rubrica

- 12.2 No curso da sessão, a licitante que ofertar valor mais baixo e as de oferta com o preço até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
- 12.3 Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, o pregoeiro proclamará a qualificação preliminar das licitantes com as três melhores propostas, além da licitante que tiver apresentado o menor preço na proposta escrita.
- 12.4 Não caberá desistência de proposta após a abertura do envelope, nem retratação ou desistência de lances após o registro pelo pregoeiro.
- 12.5 Caso duas ou mais propostas escritas apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances ou, conforme o caso, adotados os procedimentos destinados às microempresas ou empresas de pequeno porte.
- 12.6 O pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para lances, bem como o valor ou percentual mínimo para o aumento dos lances, mediante prévia comunicação às licitantes e expressa menção na ata da sessão.
- 12.7 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 12.8 Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade.
- 12.9 A licitante vencedora será instada para pelo pregoeiro, no prazo de 03 (três) dias úteis, a apresentar amostra do produto cotado, para verificação de sua compatibilidade com a especificação do objeto desta licitação, tendo em vista qualidades mínimas necessárias e a possível durabilidade de cada item.
- 12.10 A proposta da licitante será desclassificada no caso da amostra ser reprovada, devendo a mesma ser notificada, via e-mail, para ciência do laudo e retirada da amostra respectiva.
- 12.11 A desclassificação da proposta, na forma prevista no subitem anterior, acarretará o consequente chamamento do segundo colocado, no item correspondente, adotando-se os mesmos procedimentos em relação à amostra.
- 12.12- A área técnica comunicará ao Pregoeiro se a amostra foi aprovada ou não. Caso não seja aprovada, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente.
- 12.13 A licitante deverá retirar a referida amostra no prazo de 02 (dois) dias, após a divulgação do resultado. Caso isto não ocorra, os produtos serão incorporados ao Almoxarifado.
- 12.14 Sendo aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação. Será assegurado à licitante vencedora já cadastrada o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão.
- 12.15 Caso a licitante vencedora desatenda as exigências de classificação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes na ordem de classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da proposta ou o atendimento das exigências, até que uma licitante cumpra as condições fixadas neste





PROCESSO: 22060/2019 DATA:

Fls Nº Rubrica

edital, sendo o objeto do certame a ela adjudicado quando constatado o desinteresse das demais licitantes na interposição de recursos.

12.16 - Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelo pregoeiro e demais membros da equipe de apoio, bem como pelas licitantes presentes. A recusa da licitante em assinar a ata, bem como a existência de participante ausente naquele momento, será circunstanciada em ata.

12.17 - Nas fases de julgamento das propostas e de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13 - DA HABILITAÇÃO

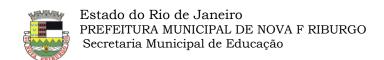
- 13.1 Sob pena de inabilitação e consequente eliminação automática desta licitação, a licitante deverá incluir os documentos previstos neste item no envelope "B", com o título "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO", devidamente fechado e identificado, conforme indicado neste edital.
- 13.2 Os documentos deverão estar em plena validade e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados ou impressos em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação e estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto legalmente estabelecido. A exibição do documento original ao pregoeiro dispensa a autenticação em cartório.

Não serão aceitos pelo pregoeiro "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

13.3 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 13.3.1 registro no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de empresário individual ou sociedade empresária;
- 13.3.2 registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;
- 13.3.3 ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- 13.3.4 cópia do Decreto de autorização para que se estabeleçam no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras.

13.4 - DA REGULARIDADE FISCAL:





PROCESSO: 22060/2019 DATA:

Fls Nº Rubrica

13.4.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

13.4.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;

13.4.3 – Prova de regularidade com a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta

Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal com abrangência das

Contribuições Previdenciárias, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não

inscritos na Dívida ativa da União, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s),

com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

13.4.4 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de

Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão

da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal

(ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

13.4.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de

Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão

da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como

certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

13.4.6 - Certidão Negativa de Débitos - CND ou Certidão Positiva, com efeito, de Negativa relativa à

Seguridade Social (INSS), exigida no artigo 47, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.212/91 e

alterações posteriores, ou outra equivalente, na forma da lei, devidamente comprovadas

documentalmente pela licitante;

13.4.7 - Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -

FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal - CEF.

13.4.8 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida gratuita e eletronicamente, para

comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. (conforme Lei nº

12.440/11), ou pela Certidão Positiva de Débitos trabalhistas art. 642-A §2º da CLT.

13.5 - Microempresas e empresas de pequeno porte

13.5.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar os documentos de regularidade

fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição, caso seja adjudicatária deste certame, nos termos do

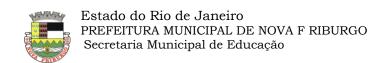
art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006.

13.5.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será

assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 5

(cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual

período, a critério da Administração da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, para a





PROCESSO: 22060/2019 DATA :

Fls Nº ____ Rubrica

regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.5.3 - A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para assinar a Ata de Registro de Preços, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

13.5 - Documentos Relativos à Qualificação Econômica Financeira

13.5.1 - Certidões negativas de falências ou recuperação judicial, expedidas pelos distribuidores da sede do licitante. Se o licitante não for sediado na Comarca de Nova Friburgo, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências ou recuperação judicial.

OBS.: As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios. Inexistindo este prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição;

13.5.2 - Comprovação de ser dotada de capital social devidamente integralizado igual ou superior a 10% do valor contratado. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, conforme disposto no artigo 31, §2º e 3º, da Lei Federal nº 8.666/93.

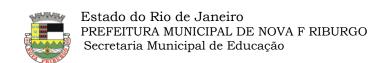
13.5.2.1 – Para cálculo do subitem acima, será considerado o valor proposto por cada licitante após a fases de lances, que poderá apresentar propostas de quantos itens o licitante desejar ofertar preços unitários.

13.6 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.6.1- Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde comprove que a licitante tenha fornecido objeto pertinente e em quantidade compatível com o objeto desta licitação.

13.7 - DA DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

13.7.1 - Declaração firmada pela licitante nos termos do modelo que integra o **ANEXO III** deste edital, expressando não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto





PROCESSO: 22060/2019 DATA :

Fls Nº ____ Rubrica

no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e de acordo com o inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02.

14 - DOS RECURSOS

- 14.1 Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, desde que munido de carta de credenciamento ou procuração com poderes específicos para tal. As licitantes poderão interpor recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões por igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 14.2 A falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recorrer e a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.
- 14.3 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.4 Os recursos e as contrarrazões interpostos pelas licitantes deverão ser entregues no Serviço de Protocolo da **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**, localizado no Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, na Avenida Alberto Braune, nº 225 Centro, Nova Friburgo, RJ, das 11h30min às 17h00min, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.
- 14.5 Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao Pregoeiro da **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**, que, no prazo de 3 (três) dias úteis, decidirá de forma fundamentada.
- 14.6 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade competente da **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO** adjudicará o objeto e homologará a licitação.

15 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 15.1 Uma vez homologado o resultado da licitação pela Secretaria requisitante, será formalizada a ata, conforme **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ANEXO VII** deste edital, que constitui documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.
- 159.2 O Município convocará formalmente a licitante classificada em primeiro lugar, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, informando o local e data para assinatura da Ata de Registro de Preços. A convocação far-se-á através de ofício, dentro do prazo de validade de sua proposta.



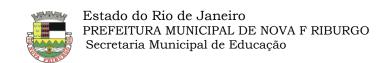


PROCESSO:	22060/2019
DATA :	
Fls Nº	_ Rubrica

- 15.2.1 O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo fornecedor convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 15.2.2 Para assinatura da ata de registro de preços, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital.
- 15.2.3 O presente edital, bem como os seus anexos, e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da ata de registro de preços.
- 15.2.4 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços, em até 5 (cinco) dias úteis após sua convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, e facultando convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação ou revogar a licitação.
- 15.2.5 Quando do comparecimento da empresa para assinatura da Ata, deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura da Ata e o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.
- 15.2.6 A ata firmada com o licitante vencedor poderá ser alterada nos termos dos artigos 57, 58 e 65, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 15.2.7 Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

II-será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993 ; (Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)

- § 1º O registro a que se refere o inciso II do **caput** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21. (Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)
- § 2º Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do **caput,** serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva. (Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)
- § 3º A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do **caput** será efetuada, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21. (Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)
- § 4º O anexo que trata o inciso II do **caput** consiste na ata de realização da sessão pública do pregão ou da concorrência, que conterá a informação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame. (Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)





PROCESSO: 22060/2019 DATA:

Fls Nº Rubrica

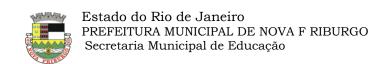
16 - DA EMISSÃO DOS PEDIDOS

16.1 - O **Município de Nova Friburgo**, através da **Secretaria Municipal de Educação**, respeitada a ordem de registro, selecionará o fornecedor para os quais serão emitidos os pedidos de execução dos bens, quando necessário.

16.2 - O fornecedor convocado que não cumprir as obrigações estabelecidas na **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ANEXO VII** estará sujeito às sanções previstas neste edital. Neste caso, o **Município** convocará, obedecida a ordem de classificação, o próximo licitante registrado.

17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1 No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste edital, o **Município**, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como, no que couberem, as disposições contidas na Lei Estadual nº 287, de 04.12.79, e suas regulamentações e, em especial, as seguintes sanções:
- 17.1.1 multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de prestação dos serviços, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil;
- 17.1.2 multa administrativa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal.
- 17.2 As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que o **Município** rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.
- 17.3 As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à **CONTRATADA** ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do artigo 86 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 17.4 A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito do Município de Nova Friburgo de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 17.5 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, apresentar





PROCESSO: 22060/2019 DATA:

Fls Nº ____ Rubrica

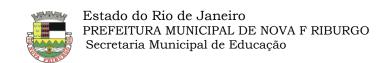
documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

18 - DA CONTRATAÇÃO

- 18.1 Dispensável o instrumento contratual, na forma do disposto no § 4ª, art. 62 da Lei nº 8.666/93, considerando que a entrega se dará de forma imediata.
- 18.2 O proponente vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua convocação para retirar a Nota de Empenho.
- 18.3 Caso transcorra o prazo citado acima sem que o proponente vencedor tenha atendido àquela disposição, a sessão será retomada e os demais proponentes chamados na ordem de classificação.
- 18.4 Será da responsabilidade da contratada o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de qualquer de seus empregados, prepostos ou contratados.
- 18.5 Obriga-se também a contratada por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente Edital.
- 18.6 Integrarão a contratação a ser firmada, independentemente de transcrição, as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, os elementos apresentados pelo proponente vencedor que tenham servido de base para o julgamento deste certame licitatório, além da Proposta Comercial a ser praticada por ele.
- 18.7 Será vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste edital, salvo disposição expressa do **Município**.

19 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1 - Será dada atestação dos bens ao final de cada aquisição pela Secretaria Municipal de Educação





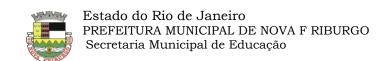
19.2 - O recebimento pelo **Município** não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA** pela solidez e segurança do bem, nem ético-profissional pela perfeita execução do objeto contratado, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este edital.

20 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PRECOS

- 20.1 O fornecedor registrado poderá ter o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.
- 20.2 O cancelamento do seu registro poderá ser:
- 20.2.1 a pedido do próprio, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da ata, pela ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado;
- 20.2.2 por iniciativa do **Município de Nova Friburgo**:
- 20.2.2.1 quando o fornecedor registrado:
- a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) descumprir as obrigações decorrentes da ata de registro de preços;
- d) não assinar o contrato ou retirar a Nota de empenho, no prazo estabelecido pelo **Município,** sem justificativa aceitável;
- 20.2.2.2 pela superveniência de razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.
- 20.3 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o **Município** fará o devido apostilamento na ata de registro de preços e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

21 - DA REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 21.1 A ata de registro de preços poderá ser revogada pela Administração:
- 21.2 automaticamente:
- 21.2.1 por decurso de prazo de vigência;
- 21.2.2 quando não restarem fornecedor registrados.





PROCESSO: 22060/2019							
DATA :							
Fls Nº	Rubrica						

21.3 - pelo **Município de Nova Friburgo**, quando caracterizado o interesse público.

22 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 22.1 A licitante contratada deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva ao Departamento de Despesas da **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação.
- 22.2 O pagamento será efetuado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO** no 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da data final do período de adimplemento da obrigação, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, apresentação da nota fiscal, juntamente com as Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhistas dentro do prazo de validade para fins de pagamento.
- 22.3 Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.
- 22.4 Caso a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO** efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.
- 22.5 Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para pagamento, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

23 - DOS ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL

- 23.1 Anexo I Modelo de PROPOSTA DE PREÇOS;
- 23.2 Anexo II Termo de Referência e estimativa de preços;
- 23.3 Anexo III- Modelo de Declaração Relativa a Trabalho de Menores;
- 23.4 Anexo IV Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação;
- 23.5 Anexo V Modelo de Declaração de ME ou EPP;
- 23.6 Anexo VI Modelo de carta de credenciamento;
- 23.7 Anexo VII Minuta da Ata de Registro de Preços;
- 23.8 Anexo VIII Autorização de Notificação por e-mail.
- 23.9 Anexo IX Modelo de dados da empresa e do representante;





PROCESSO: 22060/2019 DATA:

Fls Nº Rubrica

24 - DAS CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL

24.1 - Os documentos exigidos nesta licitação deverão estar em plena validade e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados ou impressos em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação e estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto legalmente estabelecido. A exibição do documento original ao pregoeiro dispensa a autenticação em cartório.

24.2 - O esclarecimento de dúvidas e informações sobre o presente edital poderão ser requeridos, por escrito através do e-mail: licitacao@mmnf.rj.gov.br/ ou por telefone: (22) 2525-9174/2533-1458, Comissão de Pregão I da **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**, localizada na Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, na Avenida Alberto Braune, nº 224 - Centro, Nova Friburgo, RJ, das 11:30h às 17:30h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, até dois dias úteis anteriores à data fixada neste edital para recebimento das propostas.

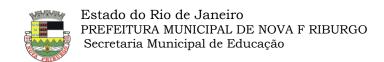
24.3 - As impugnações interpostas deverão ser entregues no Serviço de Protocolo Interno (SPI) do **Município de Nova Friburgo**, localizado no interior do seu Edifício-Sede, na Avenida Alberto Braune, nº 225 - Centro, Nova Friburgo, RJ, das 11:30h às 17:00h, exceto aos sábados, domingos e feriados, e serão dirigidas a Pregoeira, até dois dias úteis anteriores à data fixada neste edital para recebimento das propostas.

24.4 -- Caberá a Pregoeira responder, antes da realização da sessão, às impugnações interpostas pelas potenciais licitantes, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados

24.5 - É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado diante dos requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

24.7 - A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame se constatado vício no seu processamento, respeitadas as disposições legais.

24.8 - Ocorrendo a revogação ou anulação do certame, a decisão será publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo.



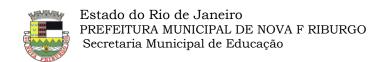


PROCE	SSO: 22060/2019
DATA :	
Fls Nº _	Rubrica

24.9 - Na	contagem	dos prazos	estabelecidos	neste	edital,	excluir-se-	áо	dia	do	início	е	incluir-	-se-á	o d	0
vencimen	to.														

- 24.10 Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio.
- 24.11 A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO e as licitantes do certame elegem o foro do Município de Nova Friburgo, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente edital.

Nova Friburgo, 03 de Janeiro de 2020



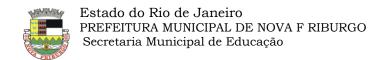


PROCESSO: 22060/2019)
DATA :	

Fls Nº ____ Rubrica

ANEXO I - PROPOSTA DE PREÇOS Exclusivo ME, EPP e MEI

, pHI 200	al Para.	PROPOST	A DE	09 -	Identifica	ıção da	a Empre	sa ou	Carimbo
33		PREÇOS	5	Padroniz	zado				
		Processo	n 0						
		22060/20							
		_							
Ect	tado do Rio de Janeiro	Pregã							
LSt	lado do Rio de Janeno	Presencial							
Pre	efeitura Municipal de Nova	003/2020) -I						
Fribu	urgo								
04	– Nome do Órgão	05 – Endere	ço	10-Ba	nco 1	1-	12 - Nº	C/C	
PR	EFEITURA MUNICIPAL DE	AV. AL	BERTO		Ag.				
NOV	A FRIBURGO	BRAUNE, 22	25 –						
		CENTRO	NOVA						
		FRIBURGO/RJ							
06	06 – Esta proposta deverá ter os campos 0		9, 10,	13 - C	Declaramos	inteira s	ubmissão	aos ter	mos desta
11, 12, 13, 18 e 19 preenchidos pela Empr		resa e	Proposta, do Edital ou Convite e a Legislação em vigor.					em vigor.	
-	devolvida até a data da realização da Licitaç			·					_
14:0	0 horas do dia 09/03/20	20 no enc	dereço						
acim	a, NA SALA DA COMISSÃO D	E LICITAÇÃO.		/					
						Assinat	ura/Carim	bo	
07	- Prazo de Entrega:			08 – I	ocal de En	trega:			
De	acordo com o Edital			De acordo com o Edital					
14			16	17 -	18-		19-		20 -
tem	15 - Descrição do Objeto	•	U/	Quant	Marca	F	reço	Pro	eço total
			С	•		Un	itário		- ,
	CARTOLINA - DUPLA FACE								
	50x65cm, gramatura 120g ,	especificado na							
	50x65cm, gramatura 120g , embalagem, 10 (dez) co	especificado na res: amarelo,							
01	50x65cm, gramatura 120g , embalagem, 10 (dez) coi branco, vermelho, azul	especificado na res: amarelo, claro, verde,	РСТ	1750					
01	50x65cm, gramatura 120g, embalagem, 10 (dez) corbranco, vermelho, azul marrom, laranja, rosa, az	especificado na res: amarelo, claro, verde,	PCT	1750					
01	50x65cm, gramatura 120g , embalagem, 10 (dez) coi branco, vermelho, azul	especificado na res: amarelo, claro, verde, cul marinho e	РСТ	1750					

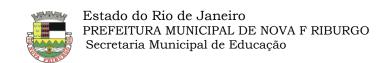




PROCESSO: 22060/2019 DATA:

Fls Nº ____ Rubrica

	seguir: FSC, CERFLOR, PEFC ou ISO 14001. (175 pacotes de cada cor contendo 20 unidades).				
02	especial para certificados, formato 210mmx297mm, 180g/ m² de gramatura. Certificado por pelo menos UM dos selos a seguir: FSC, CERFLOR, PEFC ou ISO 14001 E/OU SIMILAR, certificado pelo INMETRO. Pacote com no mínimo 50 folhas.	РСТ	1000		
03	PLACA DE EVA - Com 2mmx60mmx40mm, atóxico, 10 (dez) cores: amarelo, branco, vermelho, azul claro, verde, marrom, laranja, rosa, azul marinho e preta. Certificado por pelo menos UM dos selos a seguir: FSC, CERFLOR, PEFC ou ISO 14001. (350 pacotes de cada cor contendo 10 unidades).	РСТ	3500		
04	GRAMPO TRILHO PLÁSTICO: Para pastas, fabricados em plástico injetado de polipropileno na cor branca, com haste de aproximadamente 50 mm com capacidade para prender no mínimo 300 folhas de papel 75g/m². Pacote com 50 unidades.	РСТ	500		
05	ELÁSTICO DE LÁTEX AMARELO Nº 18: Borracha resistente natural, podendo alongar até 4 vezes o seu tamanho original sem deformar, Indicado para uso corporativo (juntar documentações, processos, papéis em geral).	РСТ	500		





Г	PROCESSO	: 22060/2019
	DATA :	
h	Fls Nº	Rubrica

Pacote com 100g.			
TOTAL GERAL			
Validade da Proposta 90 (noventa) dias.			



PROCESSO: 22060/2019	
DATA ·	

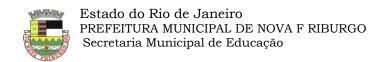
Fls Nº ____ Rubrica

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

TABELA DE PREÇOS ESTIMADOS E DE QUANTITATIVOS TOTAIS EXCLUSIVO ME, EPP e MEI PARA TODOS OS ITENS

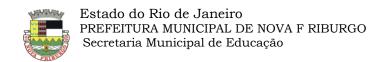
Item	Descrição do Objeto	U/C	Quant	Preço Unitário	Preço total
01	formato 50x65cm, gramatura 120g, especificado na embalagem, 10 (dez) cores: amarelo, branco, vermelho, azul claro, verde, marrom, laranja, rosa, azul marinho e preta. Certificado por pelo menos <u>UM</u> dos selos a seguir: FSC, CERFLOR, PEFC ou ISO 14001. (175 pacotes de cada cor contendo 20 unidades).	РСТ	1750	R\$ 16,00	R\$ 28.000,00
02	PAPEL VERGÊ - Tamanho A4, branco, especial para certificados, formato 210mmx297mm, 180g/ m² de gramatura. Certificado por pelo menos UM dos selos a seguir: FSC, CERFLOR, PEFC ou ISO 14001 E/OU SIMILAR, certificado pelo INMETRO. Pacote com no mínimo 50 folhas.	РСТ	1000	R\$ 11,13	R\$ 11.130,00
03	PLACA DE EVA - Com 2mmx60mmx40mm, atóxico, 10 (dez) cores: amarelo, branco, vermelho, azul claro, verde, marrom, laranja, rosa, azul marinho e preta. Certificado por pelo menos UM dos selos a seguir: FSC, CERFLOR, PEFC ou ISO 14001. (350 pacotes de cada cor contendo 10	РСТ	3500	R\$ 19,84	R\$ 69.440,00





PROCES	PROCESSO: 22060/2019									
DATA :										
Fls Nº _	Rubrica									

	unidades).				
04	GRAMPO TRILHO PLÁSTICO: Para pastas, fabricados em plástico injetado de polipropileno na cor branca, com haste de aproximadamente 50 mm com capacidade para prender no mínimo 300 folhas de papel 75g/m². Pacote com 50 unidades.	РСТ	500	R\$ 7,60	R\$ 3.800,00
05	ELÁSTICO DE LÁTEX AMARELO Nº 18: Borracha resistente natural, podendo alongar até 4 vezes o seu tamanho original sem deformar, Indicado para uso corporativo (juntar documentações, processos, papéis em geral). Pacote com 100g.	РСТ	500	R\$ 3,48	R\$ 1.740,00
	Total Geral				R\$ 114.110,00





F	PROCESSO: 22060/2019							
	DATA:							
IJ₽	ls N⁰	Rubrica						

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1.. Aquisição de MATERIAL DE ESCOLAR E EXPEDIENTE QUE FORAM <u>FRACASSADOS NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0027/2019 PROCESSO Nº 2916/2019</u> PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E TODO NÚCLEO CENTRAL DA EDUCAÇÃO, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.
- 1.2 Descrições/especificações e estimativas de consumo da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA FRIBURGO RJ.**

IT EM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID.	QUAN T. TOTAL
01	CARTOLINA - DUPLA FACE - Com formato 50x65cm, gramatura 120g, especificado na embalagem, 10 (dez) cores: amarelo, branco, vermelho, azul claro, verde, marrom, laranja, rosa, azul marinho e preta. Certificado por pelo menos <u>UM</u> dos selos a seguir: FSC, CERFLOR, PEFC ou ISO 14001. (175 pacotes de cada cor contendo 20 unidades).	РСТ	1750
02	PAPEL VERGÊ - Tamanho A4, branco, especial para certificados, formato 210mmx297mm, 180g/ m² de gramatura. Certificado por pelo menos <u>UM</u> dos selos a seguir: FSC, CERFLOR, PEFC ou ISO 14001 E/OU SIMILAR, certificado pelo INMETRO. Pacote com no mínimo 50 folhas.	РСТ	1000
03	PLACA DE EVA - Com 2mmx60mmx40mm, atóxico, 10 (dez) cores: amarelo, branco, vermelho, azul claro, verde, marrom, laranja, rosa, azul marinho e preta. Certificado por pelo menos <u>UM</u> dos selos a seguir: FSC, CERFLOR, PEFC ou ISO 14001. (350 pacotes de cada cor contendo 10 unidades).	РСТ	3500





04	GRAMPO TRILHO PLÁSTICO: Para pastas, fabricados em plástico injetado de polipropileno na cor branca, com haste de aproximadamente 50 mm com capacidade para prender no mínimo 300 folhas de papel 75g/m². Pacote com 50 unidades.	РСТ	500
05	ELÁSTICO DE LÁTEX AMARELO Nº 18: Borracha resistente natural, podendo alongar até 4 vezes o seu tamanho original sem deformar, Indicado para uso corporativo (juntar documentações, processos, papéis em geral). Pacote com 100g.	РСТ	500

1 - JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Aquisição dos bens acima elencados atenderá às necessidades da Secretaria Municipal de Educação pelo período de 12 (doze) meses e será procedida via Sistema de Registro de Preços, e para tal, foram selecionados apenas os itens considerados indispensáveis para um bom funcionamento das Unidades Escolares, tendo como base a carência de algumas unidades, solicitando-nos através de ofícios e/ou e-mails, bem como atenderão também as unidades que serão inauguradas e reformadas.

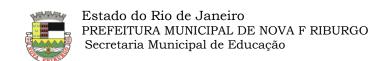
1.1- Tal aquisição irá suprir a demanda da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** pelo período de 12 (doze) meses e será procedida via **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

2.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei n^0 10.520, de 2002.

3. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

3.1. Antes da adjudicação, o setor de **ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, se reserva o direito de **solicitar amostras de todo os produtos ofertados**, a fim de garantir a sua qualidade, para análise aspecto visual, verificando o material no que se refere ao fornecimento, desempenho e qualidade dos itens constantes na descrição do objeto, visando ao atendimento do interesse do órgão solicitante, prevalecendo os requisitos exigidos no edital.





PROCESSO: 22060/2019								
DATA:								
Fls Nº Rubrica								

3.2. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, conter informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto e sua marca.

- **3.3.** O prazo para apresentação da(s) amostra(s) será de 03 (três) dias úteis. O prazo será contado a partir da solicitação feita pelo Pregoeiro durante a sessão pública do Pregão Presencial.
- **3.4.** A área técnica comunicará ao Pregoeiro se a amostra foi aprovada ou não. Caso não seja aprovada, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente.
- **3.5.** A licitante deverá retirar a referida amostra no prazo de 02 (dois) dias, após a divulgação do resultado. Caso isto não ocorra, os produtos serão incorporados ao Almoxarifado.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O fornecimento será efetuado conforme conveniência e necessidade, a serem determinados pelo setor de **ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta dias) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho, no seguinte endereço:

ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Rua Herculano Gomes da Silva, nº. 201 - Cep: 28630220 - Km 03 - Córrego D'Antas - Nova

Friburgo - RJ.

HORÁRIO PARA ENTREGA E DESCARGA: DE 08:00 ATÉ AS 14:00 HORAS - DE SEGUNDA À SEXTA.

- **4.2.** Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- **4.3.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- **4.4.** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.





PROCESSO: 22060/2019								
DATA :								
Fls Nº Rubrica								

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **5.1.** São obrigações da Contratante:
- 5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- **5.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- **5.1.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- **5.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- **5.1.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- **5.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **6.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- **6.1.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Refer e seus anexos, acompanhado da respectiva <u>NOTA FISCAL ELETRÔNICA</u>, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade*;
- **6.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

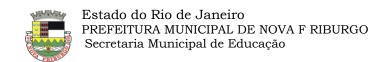




PROCESSO: 22060/2019
DATA:
Fls Nº Rubrica

6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

- **6.1.4.** Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto contratual, exceto quando isso ocorrer por exigência da CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência.
- **6.1.5.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- **6.1.6.** Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - **6.1.7.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- **6.1.8.** Efetuar os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato por sua conta, na forma do art. 75 da Lei 8666/93 com as alterações da Lei 8883/94.
- **6.1.9.** Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, tendo como agente a CONTRATADA, na pessoa de prepostos ou estranhos;
- **6.1.10.** Promover a entrega dos bens no prazo, local e condições propostas neste termo de referência/ contrato, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE;
- **6.1.11.** Observar para que o transporte, seja ele de que tipo for, as normas adequadas relativas à embalagens, volumes, etc.;
- **6.1.12.** Observar rigorosamente todas as especificações técnicas, gerais, descritas neste termo de referência;
- **6.1.13.**Responsabilizar-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas seus empregados ou prepostos no desempenho dos serviços ou em conexão com estes, ainda que verificado o acidente em dependências da CONTRATANTE;
- **6.1.14.** Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza impostas à CONTRATANTE em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte;
- **6.1.15.**Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, á sua custa e risco, num prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições nos produtos, decorrente de culpa da empresa fornecedora na entrega do material e dentro das especificações do fabricante.





PROCESSO: 22060/2019
DATA :
Fls Nº Rubrica

6.1.16. Apresentar,	como	forma d	e con	nprovação	da	garant	tia	menci	onac	la n	o subite	m ant	erior,
certificado de garant	tia do	fabricante	e/ou	document	o si	milar ((No	caso	de a	apres	sentarem	defeit	os e,
conseqüentemente se	erem sı	ubstituídos	, a ga	rantia será	con	tada a ¡	part	ir da ı	nova	data	de entre	ga).	

- **6.1.17.**O ônus de correção de defeitos apresentados pelos produtos ou substituição dos mesmos serão suportados exclusivamente pela contratada.
- **6.1.18.** A aceitação definitiva não exclui a responsabilidade da contratada pelo perfeito desempenho do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

7. DO PAGAMENTO

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

7.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto previsto no presente Termo de Referência correrão por conta dos elementos de despesa e fontes de recurso da Secretaria Municipal de Educação, relacionados abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO:	CÓDIGO DE DESPESA: 339030-12	FONTE: 01
022002.1236100262.140		
PROGRAMA DE TRABALHO:	CÓDIGO DE DESPESA: 339030-12	FONTE: 01
022003.1236500252.123		. 5
PROGRAMA DE TRABALHO:	CÓDIGO DE DESPESA: 339030-12	FONTE: 01
022004.1236500252.122		

- **7.2.** A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão e o pagamento será efetuado em consonância ao disposto no Decreto Municipal nº 238 de 13 de Setembro de 2018, desde que as certidões, abaixo listadas, estejam dentro da validade:
 - 7.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - 7.2.2. Certificado de Regularidade do FGTS;
 - 7.2.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
 - 7.2.4. CND Certidão de Nada Consta (junto a Receita Estadual);





PROCESSO: 22060/2019						
DATA :						
Fls Nº Rubrica						

- 7.2.5. Certidão Negativa da Dívida Ativa (Procuradoria Geral do Estado);
- **7.2.6.** Certidão Negativa de Débitos Municipais.
- **7.3.** A nota fiscal deverá conter a identificação do banco, número da agência e conta corrente para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.
- **7.4.** Na ocorrência de rejeição da (s) nota (s) fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- **10.1.** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 10.1.1.1. Os funcionários responsáveis pelo recebimento do material e sua conferência serão: <u>Carlos Veiga da Rocha matrícula 990256</u>, na função de Gestor do Contrato, <u>Natanael Barcelos França, matrícula 200.0081</u> na função de Gestor Substituto, <u>Marcelo Carlos Oliveira, matrícula 990345</u> na função de Fiscal e <u>Gino Ferreira Viana, matrícula 2000594</u> na função de Fiscal Substituto.
- **10.1.2.**O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- **10.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- **10.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



PROCESSO: 22060/2019
DATA :

Rubrica

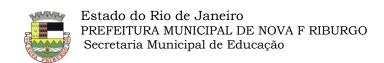
Fls N⁰

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/2002, a Contratada que:

11.1.1.Inexecutar, total ou parcialmente, qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

- 11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 11.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 11.1.6. Não mantiver a proposta.
- **11.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- **11.2.1.** advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- **11.2.2.** multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- **11.2.2.1.** multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- **11.2.2.2.** em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- **11.2.2.3.** suspensão de licitar e impedimento de contratar com órgão, entidade ou unidade administrativa da Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 11.2.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- **11.3.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/93, as empresas ou profissionais que:
- **11.3.1.1.** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 11.3.1.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;





PROCESSO: 22060/2019						
DATA :						
Fls Nº Rubrica						

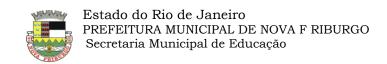
11.3.1.3.	demonstrem i	não possuir	idoneidade	para	contratar	com a	Administração	em	virtude	de a	atos
ilícitos pratio	cados.										

- **11.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada.
- **11.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Carlos Veiga da Rocha Coordenador de Almoxarifado Mat. 990256

Aprovo em	_ de	_ de			
Igor da Silva Santos Pinto					

Secretário Municipal de Educação Mat.: 107.307





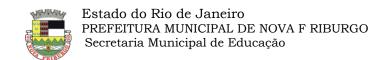
PROCESSO: 22060/2019
DATA :
Fls Nº Rubrica

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL nº/2020					
		inscrito	no	CNPJ	no
, por (razão social da e	empresa)				
intermédio de seu representante legal, Sr(a)			, porta	dor(a)
da Carteira de Identidade nº	e do CPF nº		DEC	CLARA, par	a fins
do disposto no inciso V do art. 27 da Lei r	nº 8.666, de 21 de junh	o de 1993, acr	escido p	ela Lei nº 9	.854,
de 27 de outubro de 1999, que não emp	rega menor de dezoito	anos em traba	lho notu	rno, perigo	so ou
insalubre e não emprega menor de dezess	eis anos.				
Ressalva: emprega menor, a partir de qua	atorze anos, na condição	de aprendiz ()		
	(data)				
			••••		
((representante legal)				
(Observação: em caso afirmativo, assinalar	r a ressalva acima)				
A Declaração em epígrafe deverá ser apre			i timbrad	io da licitai	nte. A

DEVERÁ ESTAR INSERIDO SOMENTE NO ENVELOPE "B" HABILITAÇÃO





PROCESSO: 22060/2019
DATA :
Fls Nº Rubrica

ANEXO IV

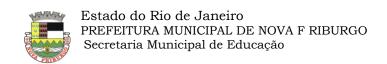
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL nº/2020	
com sede na	
(razão social da empresa)	
, inscrita no CNPJ no	, vem, por
(endereço)	
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)	
oortador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº	, em atenção ao
disposto no art. 4º, VII, da Lei Federal nº 10.520/02, declarar que cumpre pler	namente os requisitos
exigidos para a habilitação na licitação modalidade Pregão Presencial nº	_/2020 da Prefeitura
Municipal de Nova Friburgo.	
Declara, ademais, que não está impedida de participar de licitações e de contratar	com a Administração
Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação.	
(data)	
(representante legal)	•

Observação:

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada, preferencialmente, em papel timbrado da licitante. A mesma deverá estar assinada pelo representante legal da empresa.

DEVERÁ ESTAR FORA DE QUALQUER ENVELOPE





PROCES	SSO: 22060/2019
DATA :	
Fls Nº _	Rubrica

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

					. (razão so	cial da	empresa	ı) com
sede na			_ (razão s					J	.,
			, in	scrita no Cl	NPJ nº			, v	em, por
	intermédio			represe					
				ortador(a)					
	e do CPF								
	(M								
requisitos lega	ais para efeito de d	qualificaçã	ío como M	icroempresa	a (ME)	e Empres	a de Pe	queno Por	te (EPP)
e que não se	enquadra em nenh	uma das	hipóteses	elencadas n	o § 4º	do art. 3	o da Lei	Complem	entar no
123, estando	apta a usufruir do	s direitos	de que tr	atam os ar	tigos 4	2 a 45 48	3 da me	encionada	Lei, não
havendo fato	superveniente imp	editivo da	participaç	ão no prese	nte cer	tame, se	ndo cons	siderada:	
() MICROEN	MPREENDEDOR INC	DIVIDUAL	conforme	no artigo 1	.8-A, §	1º da Lei	Comple	mentar Fe	deral no
123, de 14/12	2/2006;								
() MICROEM	MPRESA, conforme	Inciso I d	o artigo 3º	da Lei Con	npleme	ntar nº 12	23, de 1	4/12/2006	5;
() EMPRES	A DE PEQUENO PO	RTE, con	forme Inci	so II do ar	tigo 3º	da Lei (Complen	nentar no	123, de
14/12/2006.									
Declara aind	la que a empresa	está ex	cluída das	vedações	consta	ntes do	§4º do	artigo 3º	da Lei
Complementa	r nº 123, de 14 de	dezembr	o de 2006.						
() Sociedad	de Cooperativa de	Consumo	que tenha	m auferido,	, no an	o-calendá	rio ante	erior, recei	ta bruta
até o limite de	efinido no <u>inciso II</u>	do caput	do art. 3º	da Lei Com	plemer	ntar nº 12	23, de 1	4 de deze	<u>mbro de</u>
<u>2006</u> , nela ir	ncluídos os atos o	cooperado	s e não-	cooperados,	confo	rme esta	belece	o art. 34	da Lei
11.488/07.									
() produtor	r rural pessoa física	a e ao agi	icultor fan	niliar concei	tuado r	na <u>Lei n</u> o	11.326,	<u>de 24 de</u>	<u>julho de</u>
2006, com sit	uação regular na P	revidênci	a Social e	no Municípi	o que t	enham au	uferido r	eceita bru	ta anual
até o limite d	le que trata o inci	so II do c	aput do a	rt. 3º o trat	ament	o diferend	ciado a	ser dispen	isado as
microempresa	is e empresas de p	equeno p	orte neste	processo lic	citatório	o, ressalv	adas as	disposiçõe	es da <u>Le</u> i
no 11.718, de	<u>: 20 de junho de 20</u>	<u>)08</u> .							
			(c	lata)					

(representante legal)

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada, preferencialmente, em papel timbrado da licitante. A mesma deverá estar assinada pelo representante legal da empresa.

DEVERÁ ESTAR FORA DE QUALQUER ENVELOPE





PROCESSO: 22060/2019
DATA :
Fls Nº Rubrica

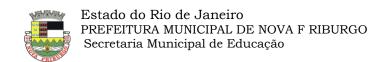
ANEXO VI

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Nova Friburgo,	de	de 2020		
A Prefeitura Municipal Avenida Alberto Bra		_		
Centro – Nova Fribu	•			
Prezados Senhores,				
Pela presente, fica	credencia	do o Sr (a)		, portador da
			, expedida	
			, inso	
	, na	Licitação Modalidade	- PREGÃO Nº/2	2020 a ser realizada em
			necessários, especialmer	
		-	intenção de interp r-se sobre sua desistên	_
		Atenciosar	mente,	
		inatura do Representar	nte Legal da Empresa>>	_
		< <nom< td=""><td></td><td></td></nom<>		
		< <carg< td=""><td></td><td></td></carg<>		
		< <carimbo da<="" td=""><td>Empresa>></td><td></td></carimbo>	Empresa>>	

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada, preferencialmente, em papel timbrado da licitante. A mesma deverá estar assinada pelo representante legal da empresa.

DEVERÁ ESTAR FORA DE QUALQUER ENVELOPE





PROCESSO: 22060/2019
DATA:
Fls Nº Rubrica

ANEXO VII

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº

PREGÃO PRESENCIAL nº 003/2020 I

14 - Item	15 – Descrição do Objeto	16 U/C	17 – Quant	18 - Marca	19 - Preço Unit	20 - Preço total

1- PRAZO E FORMA DE ENTREGA

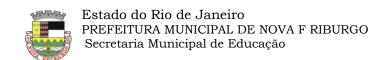
1.1- O fornecimento será efetuado conforme conveniência e necessidade, a serem determinados pelo setor de ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta dias) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho, no seguinte endereço:

ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Rua Herculano Gomes da Silva, nº. 201 - Cep: 28630220 - Km 03 - Córrego D'Antas - Nova

Friburgo - RJ.

HORÁRIO PARA ENTREGA E DESCARGA:
DE 08:00 ATÉ AS 14:00 HORAS - DE SEGUNDA À SEXTA.





PROCESSO	D: 22060/2019
DATA :	
Fls N⁰	Rubrica

1.2-Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação

de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

1.3-Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

1.4-Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

1.5-Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

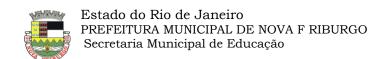
O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

2. <u>DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO</u>

2.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto previsto no presente Termo de Referência correrão por conta dos elementos de despesa e fontes de recurso da Secretaria Municipal de Educação, relacionados abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO:	CÓDIGO DE DESPESA: 339030-12	FONTE: 01	
022002.1236100262.140			
PROGRAMA DE TRABALHO:	CÓDIGO DE DESPESA: 339030-12	FONTE: 01	
022003.1236500252.123		. 5	
PROGRAMA DE TRABALHO:	CÓDIGO DE DESPESA: 339030-12	FONTF: 01	
022004.1236500252.122	001100 11 120, 20, 11 00, 00, 00, 00, 00, 00, 00, 00, 00	. 521 61	

2.2-A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão e o pagamento será efetuado em consonância ao disposto no Decreto Municipal nº 238 de 13 de Setembro de 2018, desde que as certidões, abaixo listadas, estejam dentro da validade:





PROCESSO: 22060/2019
DATA :

Fls Nº Rubrica

- Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- CND Certidão de Nada Consta (junto a Receita Estadual);
- Certidão Negativa da Dívida Ativa (Procuradoria Geral do Estado);
- Certidão Negativa de Débitos Municipais.

-A nota fiscal deverá conter a identificação do banco, número da agência e conta corrente para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

Na ocorrência de rejeição da (s) nota (s) fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

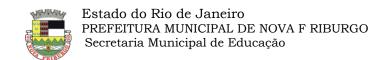
3. <u>DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE</u>

3.1. <u>São obrigações da Contratante:</u>

- 3.1.1-Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 3.1.2-Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 3.1.2-Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 3.1.3-Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 3.1.4-Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 3.1.5-A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

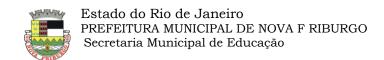
4.1-A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:





PROCESSO: 22060/2019
DATA:
Fls Nº Rubrica

- 4.2- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Refer e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;
- 4.3-Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 4.4-Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 4.5-Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto contratual, exceto quando isso ocorrer por exigência da CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência.
- 4.6-Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.7-Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.8-Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 4.9-Efetuar os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato por sua conta, na forma do art. 75 da Lei 8666/93 com as alterações da Lei 8883/94.
- 4.10-Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, tendo como agente a CONTRATADA, na pessoa de prepostos ou estranhos;
- 4.11-Promover a entrega dos bens no prazo, local e condições propostas neste termo de referência/ contrato, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE;
- 4.12-Observar para que o transporte, seja ele de que tipo for, as normas adequadas relativas à embalagens, volumes, etc.;
- 4.13-Observar rigorosamente todas as especificações técnicas, gerais, descritas neste termo de referência;
- 4.14-Responsabilizar-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas seus empregados ou prepostos no desempenho dos serviços ou em conexão com estes, ainda que verificado o acidente em dependências da CONTRATANTE;





PROCESSO: 22060/2019
DATA:
Fls Nº Rubrica

4.15-Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza impostas à CONTRATANTE em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte;

- 4.16-Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, á sua custa e risco, num prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições nos produtos, decorrente de culpa da empresa fornecedora na entrega do material e dentro das especificações do fabricante.
- 4.17- Apresentar, como forma de comprovação da garantia mencionada no subitem anterior, certificado de garantia do fabricante e/ou documento similar (No caso de apresentarem defeitos e, conseqüentemente serem substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega).
- 4.18-O ônus de correção de defeitos apresentados pelos produtos ou substituição dos mesmos serão suportados exclusivamente pela contratada.
- 4.19-A aceitação definitiva não exclui a responsabilidade da contratada pelo perfeito desempenho do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

5. <u>DA SUBCONTRATAÇÃO</u>

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

6. <u>ALTERAÇÃO SUBJETIVA</u>

6.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

7. <u>CONTROLE DA EXECUÇÃO</u>

- 7.1.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
 - 7.1.2-Os funcionários responsáveis pelo recebimento do material e sua conferência serão: Carlos Veiga da Rocha matrícula 990256, na função de Gestor do Contrato, Natanael Barcelos França, matrícula 200.0081 na função de Gestor Substituto, Marcelo Carlos Oliveira, matrícula 990345 na função de Fiscal e Gino Ferreira Viana, matrícula 2000594 na função de Fiscal Substituto.





PROCESSO: 22060/2019 DATA :

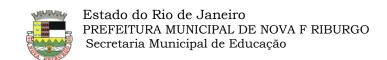
Fls Nº ____ Rubrica

7.1.3-O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

7.1.4-A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

- 7.1.5-Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
 - 7.1.6-Os funcionários responsáveis pelo recebimento do material e sua conferência serão: Carlos Veiga da Rocha matrícula 990256, na função de Gestor do Contrato, Natanael Barcelos França, matrícula 200.0081 na função de Gestor Substituto, Marcelo Carlos Oliveira, matrícula 990345 na função de Fiscal e Gino Ferreira Viana, matrícula 2000594 na função de Fiscal Substituto.
 - 7.1.7-O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 7.1.8-A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.1.9-O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências





PROCESSO: 22060/2019 DATA:

Fls Nº ____ Rubrica

relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

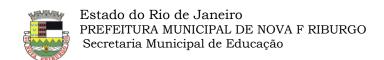
7.1.10-Os funcionários responsáveis pelo recebimento do material e sua conferência serão:

<u>Carlos Veiga da Rocha matrícula 990256</u>, na função de Gestor do Contrato, <u>Natanael Barcelos França, matrícula 200.0081</u> na função de Gestor Substituto, <u>Marcelo Carlos Oliveira, matrícula 990345</u> na função de Fiscal e <u>Gino Ferreira Viana, matrícula 2000594</u> na função de Fiscal Substituto.

- 7.1.11-O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 7.1.12-A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.1.13-O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/2002, a Contratada que:
 - 8.2-Inexecutar, total ou parcialmente, qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 8.3-Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 8.4-Fraudar na execução do contrato;
 - 8.5-Comportar-se de modo inidôneo;
 - 8.6-Cometer fraude fiscal;
 - 8.7-Não mantiver a proposta.
 - 8.8-A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 8.9-advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;





PROCESSO: 22060/2019
DATA :
Fls Nº Rubrica

8.10-multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

8.11-multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

- 8.12-em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 8.13-suspensão de licitar e impedimento de contratar com órgão, entidade ou unidade administrativa da Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 8.14-declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 8.15-Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/93, as empresas ou profissionais que:
 - 8.16-tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 8.17-tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 8.18-demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 8.19-A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada.
- 8.20-A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1 O fornecedor registrado poderá ter o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.
 - 9.2 O cancelamento do seu registro poderá ser:
- 9.2.1 a pedido do próprio, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da ata, pela ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado;

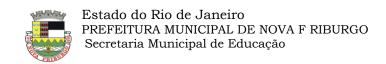




- 9.2.2 por iniciativa do **Município de Nova Friburgo**:
- 9.2.2.1 quando o fornecedor registrado:
- a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - b) perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
 - c) descumprir as obrigações decorrentes da ata de registro de preços;
- d) não assinar o contrato ou retirar a Nota de empenho, no prazo estabelecido pelo **Município**, sem justificativa aceitável;
 - 9.2.2.2 pela superveniência de razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.
- 9.3 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o **Município** fará o devido apostilamento na ata de registro de preços e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

10 - DA REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1 A ata de registro de preços poderá ser revogada pela Administração:
- 10.2 automaticamente:
- 10.2.1 por decurso de prazo de vigência;
- 10.2.2 quando não restarem fornecedores registrados.
- 10.3 pelo Município de Nova Friburgo, quando caracterizado o interesse público.





PROCESSO: 22060/2019
DATA :
Fls N⁰ Rubrica

ANEXO VIII

MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE NOTIFICAÇÃO VIA E- MAIL

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL nº/2020
, com sede na
(razão social da empresa)
, inscrita no CNPJ n ^o , vem, por
(endereço)
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº
AUTORIZAR, sob as penas da Lei, que todas as notificações referentes ao presente processo licitatório
futura contratação poderão ser realizadas pelos e-mails, abrindo mão d
notificação por quaisquer outros métodos e servindo a cópia do e-mail como comprovante par
conhecimento dos atos praticados
(data)
(representante legal

DEVERÁ ESTAR FORA DE QUALQUER ENVELOPE





PROCESSO: 22060/2019			
DATA :			
FIs Nº	Rubrica		

ANEXO IX

DADOS DA EMPRESA E DO REPRESENTANTE

Nome da empresa:		_	
CNPJ:			
Representante:			
RG ou CPF:	Cel.:		
Tel.: ()	FAX.:		
E-mail:			
Ass:			

SER PREENCHIDO COM OS DADOS DO REPRESENTANTE DA EMPRESA QUE IRÁ PARTICIPAR DO CERTAME;

APRESENTADO SOMENTE NO DIA MARCADA PARA A REALIZAÇÃO DO CERTAME

DEVERÁ ESTAR FORA DE QUALQUER ENVELOPE